

Autoria em tempos de Cultura Digital e a formação dos Sujeitos da Educação

Resumo: Este texto apresenta aspectos sócio-históricos do conceito de autoria, buscando evidenciar ressignificações das noções de autor e autoria, reconhecendo-as como polissêmicas. Tem como objetivo compreender as transformações das concepções de autor e autoria – influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico no âmbito da comunicação e da informação, nos diversos contextos históricos, sociais e culturais – e de que modo reverberam no campo educacional. Esta reflexão nos impulsiona a olhar o trajeto histórico para compreender o fenômeno da autoria em tempos de cultura digital e suas implicações nas formações dos sujeitos da educação – docentes e discentes. Trata-se de um estudo de natureza ensaística, cuja construção se deu no diálogo com autores do campo da linguagem. Desse modo, discute o conceito de autoria à luz de estudos do campo da linguagem, destacando o papel das tecnologias nas manifestações autorais, da cultura escrita à cultura digital, caracterizadas pela colaboração, compartilhamento, conectividade e difusão do conhecimento. As considerações deste estudo apontam para a importância da concepção de autoria na formação dos sujeitos e na transformação de práticas pedagógicas que estimulem a constituição da autoria e discutam os seus caracteres ético, estético e identitário.

Palavras-chave: educação; cultura digital; autorias.

Neidson Dionísio Freitas Santana

Universidade do Estado da Bahia
dionisio.freitas@hotmail.com

Susane Santos Barros

Universidade Federal da Bahia
susanesb@gmail.com

Obdália Santana Ferraz Silva

Universidade do Estado da Bahia
osilva@uneb.br

Autorship in the Digital Culture Era and the Formation of Education Subjects

Abstract: This text presents sociohistorical aspects of the concept of authorship, seeking to highlight new meanings of the notions of author and authorship, recognizing them as polysemic. It aims to understand the transformations – influenced by technological development in the field of communication and information, in different historical, social, and cultural contexts, in the conceptions of author and authorship – and how they reverberate in the educational field. This reflection encourages us to look at the historical path to understand the phenomenon of authorship in the context of digital culture and its implications in training educational subjects – teachers and students. This is a study of an essayistic nature, constructed through dialogue with authors in the field of language. In this way, it discusses the concept of authorship in the light of studies in the field of language, highlighting the role of technologies in authorial manifestations, from written culture to digital culture, characterized by collaboration, sharing, connectivity and the dissemination of knowledge. The considerations of this study point to the importance of the conception of authorship in the formation of subjects and in the transformation of pedagogical practices that encourage the constitution of authorship and discuss its ethical, aesthetic and identity characters.

Keywords: education; digital culture; authorship.

La Autoría en la Era de la Cultura Digital y la Formación de los Sujetos de la Educación

Resumen: Este texto presenta aspectos sociohistóricos del concepto de autoría, buscando resaltar nuevos significados de las nociones de autor y autoría, reconociéndolas como polisémicas. Pretende comprender las transformaciones en las concepciones de autor y autoría – influidas por el desarrollo tecnológico en el campo de la comunicación y la información en diferentes contextos históricos, sociales y culturales – y cómo repercuten en el ámbito educativo. Esta reflexión nos anima a mirar el camino histórico para comprender el fenómeno de la autoría en tiempos de cultura digital y sus implicaciones para la formación de los sujetos educativos – docentes y estudiantes. Este es un estudio de naturaleza ensayística, construido a través del diálogo con autores en el campo del lenguaje. De esta manera, se discute el concepto de autoría a la luz de los estudios en el campo del lenguaje, destacando el papel de las tecnologías en las manifestaciones autorales, desde la cultura escrita hasta la cultura digital, caracterizadas por la colaboración, el intercambio, la conectividad y la difusión del conocimiento. Las consideraciones de este estudio apuntan a la importancia de la concepción de autoría en la formación de sujetos y en la transformación de prácticas pedagógicas que alienten la constitución de la autoría y discutan sus caracteres ético, estético e identitario.

Palabras clave: educación; cultura digital; autorías.

Introdução

Observamos que há uma diversidade de concepções sobre autor e autoria entre os estudiosos, uma vez que não há um consenso sobre a definição dos referidos termos, levando-nos a entender que essas concepções têm os seus sentidos e os seus significados construídos a partir dos contextos históricos, sociais e culturais. Portanto, sendo essa uma discussão abordada a partir de várias perspectivas, neste estudo, a inquietação em relação à temática nos leva a reconhecer a autoria como um campo polissêmico. Desse modo, optamos por discutir as noções de autor e autoria, partindo de teóricos do campo dos estudos da linguagem, tais como Barthes (2004), Bakhtin (2004, 2008, 2011), Foucault (2009), Orlandi (2012) e Silva (2012).

Os aspectos históricos do conceito de autoria revelam que este está intimamente ligado ao conceito de plágio e ao estabelecimento da doutrina de direitos autorais. Ao longo do tempo, e de acordo com o contexto, ele foi sendo construído nos campos artístico e literário, assumindo um novo *status*, antes de ser desenvolvido no campo jurídico. Devido à sua natureza fluida, tornou-se objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, abordado sob diferentes perspectivas, sobretudo no campo das linguagens.

Na área da educação, a autoria é um tema extremamente relevante e atual, e vem recebendo cada vez mais atenção. Vincula-se, intrinsecamente, aos aspectos éticos que dizem respeito ao indivíduo, em sua essência, e sua constituição como ser humano. A autoria é um processo em que o autor se reinventa, se considerarmos que o sujeito é constituído por suas relações sociais e pelas diversas vozes que ele traz para suas criações.

A constituição da autoria desempenha um papel fundamental na educação, uma vez que trata de questões éticas, estéticas, políticas e identitárias, e, portanto, está diretamente relacionada ao processo educativo. Nesse contexto de constituição da autoria, algumas das questões centrais são as aprendizagens ao longo do processo, considerando os sujeitos como autores de sua própria trajetória formativa. Na perspectiva educacional, a autoria envolve, pois, a capacidade de expressar ideias, pensamentos e experiências de forma criativa e de acordo com as singularidades dos atores educacionais.

A autoria no campo da educação leva os indivíduos a se tornarem protagonistas ativos do seu próprio processo formativo, promovendo a reflexão crítica, o pensamento autônomo e a construção de conhecimento de maneira mais significativa. São processos formativos que precisam ser discutidos tanto no que diz respeito à formação docente quanto à formação dos discentes, tendo em vista que estes precisam ser compreendidos como coautores na construção dos conhecimentos, num processo dialógico e responsivo.

Tomando como alicerce os estudos da linguagem, temos como objetivo compreender as transformações das concepções de autor e autoria – influenciadas pelos desenvolvimentos tecnológicos, nos diversos contextos históricos, sociais e culturais – e de que modo reverberam no campo educacional. Trata-se, então, de um estudo de natureza ensaística, cuja construção se deu no diálogo com autores do campo da linguagem, contribuindo para a reflexão da autoria na educação.

Nas seções seguintes, apresentamos os aspectos sócio-históricos das concepções de plágio e autoria, discutindo as origens desses conceitos, da Antiguidade greco-romana ao início da modernidade; o caráter multifacetado da autoria, com o foco em estudiosos modernos no campo da linguagem; e a perspectiva coletivista do conceito de autoria, com foco nas repercussões dos desenvolvimentos

tecnológicos digitais. Por fim, discutimos a autoria no contexto da cultura digital e seus reflexos na formação dos sujeitos da educação.

Aspectos sócio-históricos das concepções de autoria e plágio

O conceito de autoria nasceu como uma resposta ao plágio, que, desde o século I a.C., era considerado uma apropriação indevida de propriedade alheia (Christofe, 1996). Durante muito tempo, o plágio foi visto como uma transgressão no âmbito moral, não constituindo um problema legal, mas reforçando a importância da autoria do ponto de vista ético. Juridicamente, entretanto, a autoria passou a interessar como um conceito somente a partir do momento em que as obras começaram a ser comercializadas. Portanto, a atribuição de autoria às obras foi vinculada à noção de propriedade, de forma a legitimar algo que antes era considerado bem comum (Rabenhorst, 2015). Nesse sentido, Jaszi (1991) alerta para o fato de que o conceito de autoria não é estável, mas é carregado de valores, e, por isso, limita a análise no campo jurídico, que tende a mitificar a autoria.

Ainda na Idade Média, a noção de autoria era muito diferente, porque o fato de o conhecimento não ser propriedade de ninguém permitia que o sistema de cópias dos monges, por exemplo, gerasse um novo produto, a partir de outro preexistente, sem que fossem cópias exatas. E não eram consideradas plágio das obras, porque continuavam reconhecendo a autoria dos textos “originais” (Burke, 2003). Havia um culto à sabedoria dos textos dos sábios da Antiguidade, venerados na cultura oral, que começou a se dissipar a partir da instituição da imprensa, quando esses saberes foram registrados e impressos (Eisenstein, 1998). Ou seja, parece ter havido uma transição suave da perspectiva colaboracionista para a individualista, porque, ainda no século XVI, na Alemanha, não havia, ainda, nenhum tipo de hierarquia do escritor em relação aos demais artesãos, pois a ideia de autoria como conhecemos hoje não estava construída (Woodmansee, 1994).

O desenvolvimento da atividade editorial, estimulado pela imprensa, propiciou a regulamentação do direito autoral. Moraes (2021) pontua que a origem dessa regulamentação não foi requerida pelos autores; ela surgiu para atender demandas de grupos de editores e livreiros que visavam ao lucro. Assim, a autoria passou

a ser estabelecida no espaço e no tempo, facilitando, com isso, a identificação de descobertas anteriores. Antes do uso dessa tecnologia, as formas de garantia para o reconhecimento de propriedades literárias e criações de tecnologias inovadoras estavam muito limitadas. Para Eisenstein (1998, p. 100), “[...] a fixidez do texto impresso também permitiu o reconhecimento mais explícito da inovação individual e incentivou o registro de títulos de propriedade sobre invenções, descobertas e criações”. Portanto, foi somente no bojo da Revolução Industrial que a noção de autoria foi redefinida e a imprensa contribuiu sobremaneira para que isso ocorresse.

Nesse cenário, além do surgimento de associações profissionais e redes de relações comerciais, também é criada, especificamente em 1710, a primeira lei voltada para regulamentar o direito autoral: o Estatuto da Rainha Ana, que rompe com o sistema de privilégios e com as práticas do monopólio de publicação e comercialização. Nesse momento, nasce a ideia de que, embora fosse considerado um direito de propriedade, este não deveria ser perpétuo, mas, sim, respeitar os limites da lei. Dessa forma, o *status* do autor iluminado e hierarquicamente superior se estabeleceu, tendo sido favorecido pelo movimento romântico, que valorizava a experiência individual.

Os séculos XIX e XX são um período da história em que o conceito de autoria adquire, na sociedade ocidental, uma centralidade sem precedentes, uma vez que os escritores passam a se destacar em relação aos demais profissionais do livro. Ocorre, também, um processo de profissionalização dos escritores e, com isso, uma valorização da originalidade, da genialidade e da criatividade. No entanto, o desenvolvimento da imprensa estimulou um movimento de democratização da leitura e da escrita, que resultou em mais pessoas alfabetizadas consumindo os textos, numa cultura cada vez mais grafocêntrica, dando espaço, ainda, ao surgimento de novos autores. Esse ambiente, contudo, deu origem a alguns movimentos nas artes que começaram a questionar o conceito de autoria romântica e a explorar a ideia de autoria coletiva.

A partir do olhar retrospectivo sobre o estabelecimento do conceito de autoria trazido nesta seção, passando pela crítica à ideia do autor romântico, de sua genialidade e individualidade, discutiremos, a seguir, aspectos teórico-conceituais, à luz de autores do campo das linguagens. A abordagem em torno de seus constructos aponta para a interação autor-leitor, a produção de sentidos e

a multiplicidade de interpretações e de vozes na construção dos discursos, que revelam o caráter multifacetado da concepção de autoria.

O caráter multifacetado da concepção de autoria

Com a cultura moderna e seus valores baseados na individualidade e na personificação das obras, o conceito de autoria foi sendo desenvolvido nos campos artístico e literário, associado às ideias de iniciativa, autonomia, criatividade, autoridade, autenticidade e originalidade. Nessa discussão sobre autoria na modernidade, destacam-se três autores importantes: Roland Barthes, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin, cujas perspectivas nos ajudam a compreender a natureza multifacetada da autoria. Além deles, Orlandi (2012) e Silva (2012), no contexto brasileiro, contribuem para ampliar nossa compreensão sobre autoria.

Roland Barthes transgride, à época, os conceitos de autor e autoria, num período em que reinava o prestígio do individual, ou, como expõe o próprio Barthes (2004), o caráter de importância à “pessoa” do autor. Barthes (2004) descentraliza a figura do autor, ao decretar, metaforicamente, a sua “morte”, ao argumentar que o autor absoluto inexistente, uma vez que não há uma originalidade plena em uma obra; toda produção da linguagem provém de outra produção e toda autoria remete a uma autoria anterior. Partindo desses argumentos, é a linguagem que assume a centralidade, ao invés de uma propriedade autoral, porque é a linguagem que fala, não propriamente o autor (Barthes, 2004). Compreendemos, então, que o artefato textual produzido com autoria é um tecido/emaranhado de discursos; a autoria é uma expressão que está além da questão da originalidade e individualidade do escritor/autor.

À vista disso, a autoria em Barthes (2004) se traduz num movimento de reconstrução, de reconfiguração, em que o sujeito aciona linguagens e culturas nas produções autorais, as quais são consideradas em suas dimensões múltiplas, em que agregam e/ou contestam variados discursos, textos, numa tessitura de semioses e emaranhado de culturas. Para Barthes (2004), a linguagem não é feita para produzir um único sentido, mas é um espaço de múltiplos significados e, nesse contexto, o leitor tem o papel ativo na produção de sentidos sobre o texto, a partir de suas vivências e experiências. Notamos que, ao declarar, metaforicamente, a morte

do autor, Barthes propõe a gênese do leitor no âmago das significações de um texto.

Nesse debate sobre a autoria, convocamos Foucault (2009), dada a sua importância no cenário das discussões que dizem respeito à relação autor e obra. Ao contrário de Barthes, Foucault não decreta a morte do autor, mas engendra uma discussão sobre a função autor; sobre “a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (Foucault, 2009, p. 267). Na concepção foucaultiana, a noção de autor constitui um movimento histórico determinante da individualização das ideias, dos conhecimentos e das obras.

Foucault (2009) ressalta, também, o aspecto da “função-autor”, que caracteriza os modos de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos na sociedade. De acordo com o autor, o discurso, na cultura ocidental, em sua origem, não representava um produto ou um bem, mas constituía um ato, enquadrado a partir dos valores morais vigentes, bipolarizado entre sagrado ou profano, lícito ou ilícito, religioso ou blasfemo. Na proposição foucaultiana, a autoria passa a ser marcadora dos discursos e das obras, a partir do momento em que o autor estiver suscetível à punição, na medida em que esses discursos podem ser caracterizados como transgressores.

A função-autor está condicionada ao seu *status*, não é exercida de forma homogênea em toda e qualquer sociedade, em todo e qualquer contexto histórico, e essa função não é atribuída a qualquer discurso. O autor é compreendido com base em um princípio de agrupamento do discurso, que proporciona unidade e origem às suas significações. No entanto, essa concepção implica a exclusão e a valorização de certos discursos, em detrimento de outros, silenciando vozes. Sendo assim, o autor é determinado, ideologicamente, pelo lugar que ocupa e pela função que exerce socialmente.

Fundamentada nas ideias foucaultianas, Orlandi (2012) nos apresenta um importante aspecto sobre autor e autoria, ao destacar o papel social e a responsabilidade implicados nas produções com as linguagens. Nesse sentido, o autor é o sujeito que, envolvido em contextos sócio-histórico-culturais, apreende determinados mecanismos discursivos e os representa através da linguagem, posicionando-se como autor, ou seja, cria a sua própria identidade autoral.

Orlandi (2012) apresenta, ainda, um outro atributo da função-autor, alertando-nos para a responsabilidade dos sujeitos ao assumirem a posição de autores. Essa função também incorpora um gesto interpretativo e um trabalho de autoria, carregando sempre uma produção de sentido. Isso porque, conforme a autora, a interpretação está, sem exceção, presente na relação com a linguagem, com o simbólico, e, portanto, há sempre um gesto autoral nesse devir, visto que os sentidos estão continuamente em curso e vão se constituindo historicamente.

Os aspectos histórico, social e político do discurso e da autoria nos remetem ao que afirma Bakhtin sobre a necessidade de se “[...] compreender o autor no universo histórico de sua época, no seu lugar no grupo social, a sua posição de classe” (Bakhtin, 2011, p. 191). Nesse contexto, a concepção de autor/autoria precisa ser pensada a partir das condições sócio-históricas e suas transformações ao longo da história humana.

Interessa-nos pensar a autoria como processo dialógico e pluridiscursivo, em que a linguagem é compreendida como artefato cultural produzido na coletividade. Buscamos nos embasar, teoricamente, na concepção de autoria do campo de estudos da linguagem, considerando que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem, entendida “como acontecimento, prática sócio-histórica, possibilitadora de intercâmbio entre os indivíduos” (Silva, 2012, p. 43).

As práticas sócio-históricas não são apenas uma atividade individual, mas uma atividade que se constrói na coletividade; trata-se de um fenômeno social que conecta os sujeitos às estruturas sociais, permitindo que eles se engajem e se relacionem uns com os outros. Desse modo, o eu, para se autorizar, precisa do outro para construir sua identidade, num movimento de intercâmbio de linguagens e de discursos, como propõe a dialógica bakhtiniana (Bakhtin, 2004; Silva, 2012). Nesse sentido, todo discurso é gerado no entrelace de outros discursos:

Todo enunciado, além de seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam. O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto de seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias etc. (Bakhtin, 2011, p. 300).

Partindo dessa premissa trazida pelo autor, podemos afirmar que nunca somos únicos e originalmente criadores dos objetos dos nossos enunciados; eles estão sempre alicerçados pelos cruzamentos de discursos e sentidos construídos nas práticas, que, por sua vez, situam-se num contexto social e histórico de uma dada comunidade. Na visão bakhtiniana, o enunciado é um dizer/escrever/produzir sempre único e impossível de se repetir, carregado de significação, cuja linguagem é a via de materialização.

Os sujeitos, ao produzirem a partir da linguagem, não só estabelecem uma relação de diálogo com outras vozes/discursos/textos, mas também instituem uma relação dialógica com outras subjetividades, que contribuem para a construção de sua própria identidade autoral (Silva, 2012). Portanto, trata-se de uma concepção de autoria que vai de encontro à ideia de discurso monológico e centrado no sujeito, como fonte originária e autêntica de determinadas práticas discursivas.

Para Bakhtin (2011), a palavra do “outro” é carregada de um tom valorativo, ideológico, que assimilamos, mas, ao mesmo tempo, reelaboramos e imprimimos nossas autorias, nossas identidades aos enunciados, às palavras. A partir dessa ideia, é possível compreender a autoria na concepção interativa da linguagem em que o eu e o outro são partes constitutivas e imprescindíveis para a criação de significados. Além disso, é preciso considerar os elementos sociais e históricos que formam o contexto da interação.

É necessário destacar que tal concepção de linguagem não se centra tão somente na perspectiva linguística, mas abrange o sociocultural; portanto, diz respeito à produção de sentido, significação, autoria, discurso, enunciação e atividade interativa (Brait, 2005; Silva, 2012). Compreendemos a autoria fundamentada na produção que envolve a diversidade de linguagens e os contextos socioculturais, que alicerçam e sustentam, dessa forma, o “ser autor” como uma posição discursiva, como um acontecimento produzido pela humanidade. Sendo assim, os sujeitos operam na construção do mundo e de si, através de relações intersubjetivas e dialógicas, que ocorrem em trocas simbólicas, perpassadas por valores, no ato de criação (Bakhtin, 2011).

A autoria move-se entre o já dito e o devir, com base na capacidade humana de atribuir sentidos e de reconstruir, a partir do existente. No cerne da concepção de autoria estão imbricados diferentes modos de valorar o mundo, linguagens e ideologias, em que

o dito/produzido/criado se sustenta sempre no já existente, numa perspectiva dialógica e polifônica. Desse modo, podemos considerar que a noção de autoria implica diálogo e responsabilidade perante o já dito e produzido socialmente pelos outros.

Conforme Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018, p. 127), a compreensão sobre autoria “[...] passa, também, pela reflexão/discussão das necessidades enunciativas, que emergem de espaços heterogêneos de práticas discursivas”. Esses espaços heterogêneos podem ser compreendidos como as diversas esferas discursivas/textuais nas quais diferentes práticas discursivas interagem e coexistem, e são profundamente influenciadas pelos contextos social e cultural em que estão inscritas. Nesse sentido, são emergenciais as reflexões sobre as práticas discursivas que circulam no contexto da cultura digital e da *web* e a relação dos sujeitos com a linguagem “[...] para colocar em cena seus projetos de dizer, levando em consideração o lugar de onde falam/explicitam” (Bianchetti; Zuin; Ferraz, 2018, p. 127). Destacamos, desse modo, a importância de considerar as diferentes maneiras e modos autorais, pelos quais os sujeitos constroem suas falas/textos no contexto cultura da era digital.

Essas tessituras de ideias e de concepções apontadas na presente discussão sobre autoria nos auxiliam a pensar as diferentes dimensões da concepção autoral e a transportar essa discussão para outros campos das linguagens, para além da materialização do texto escrito; pensar essas concepções em outras produções de linguagens múltiplas, a exemplo da autoria no contexto da cultura digital e na prática pedagógica.

Uma perspectiva colaboracionista do conceito de autoria: a cultura digital em foco

É relevante observar que, no contexto da cultura digital, o conceito de autoria parece adquirir maior maleabilidade, ao passo que vemos novas formas de autoria surgirem. Com as ideias de conectividade e de compartilhamento do contexto atual, percebe-se a ampliação da concepção de autoria para uma perspectiva colaborativa, dialógica.

Com as transformações sociais possibilitadas pela cultura digital, a noção de autoria também se complexifica, uma vez que as diferentes concepções da autoria se relacionam com os modos de comunicação e construção do conhecimento (Lévy, 2010). A cultura

digital amplia a concepção de autoria para a dimensão do leitor, e as transformações sociais e os modos de circulação de bens culturais originam novas práticas de linguagem, modificando significativamente as relações de autoria. Como os termos “prossumidor”¹ e “lautor”² sugerem, a sociedade pós-moderna aponta para o fim da passividade tanto do consumidor, que agora é também produtor, quanto para o leitor, que agora é também autor, uma espécie de mistura de papéis própria da cultura digital.

Desse modo, na cultura digital, o percurso de autoria se forma e se transforma a partir da coautoria, do remix, da hibridização, com a criação e a recriação dos sentidos, através das múltiplas linguagens hipertextuais e hipermediáticas, acionadas pelos autores/coautores/leitores. Os modos de operar com as linguagens tornam-se mais fluídos e dinâmicos, na medida em que as tecnologias digitais impulsionam a criação e a criatividade dos sujeitos, possibilitando novas formas de autorias baseadas na colaboração. Todo esse processo reverbera profundas mudanças na vida das pessoas e suas singularidades, uma vez que essas trocas simbólicas, que ocorrem na autoria colaborativa, afetam, também, as relações humanas, “[...] dessa forma, não nos encontraríamos diante das pessoas, mas diante de singularidades que cooperam” (Carboni, 2010, p. 12).

Entendemos que a cibercultura não anula o conceito de autoria e de autor, assim como a importância e a função do signatário não desaparecem com o advento das tecnologias digitais, pois expandiram-se, consideravelmente, as publicações, as construções e as autorias no ciberespaço. Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018, p. 130) nos auxiliam nessa questão, destacando a nova textualidade que se constrói em rede, “[...] deslocando o conceito de autoria; mas as publicações continuam a definir-se por autores, tomados um a um, em razão dos direitos autorais e intelectuais”. Nesse sentido, é relevante compreendermos sobre como se configuram as autorias a partir dos diferentes meios e modos de linguagens digitais de que dispomos na cibercultura.

Nos espaços instaurados na cibercultura, as produções multimodais ganharam variados contornos, não só pela crescente multiplicidade de signos, como também pela autoria coletiva, pela ampliação das possibilidades de edição e reedição, além do compartilhamento de ideias e de produção de conhecimento, de forma mais abrangente. Nessa perspectiva, na contemporaneidade,

1 Termo cunhado por Alvin Toffler, autor do livro *A terceira onda*, para indicar o poder do consumidor na atualidade. Ele também chama a atenção para o fato de que a abertura e a capacidade de aprender e reaprender algo vai determinar quem serão os novos analfabetos do próximo século, e não necessariamente saber ler e escrever.

2 Junção de leitor e autor, como defendido por Rojo (2013).

as plataformas e aplicativos baseados em Inteligência Artificial (IA) ganham espaços para discussões na mídia e no campo educacional.

Atualmente, somos também convocados a repensar o conceito de autoria diante da criação e aperfeiçoamento de sistemas de IA generativa³, que têm sido apontados como um divisor de águas, com enormes implicações para diferentes domínios, como ciência, educação, negócios, indústria, saúde, meio ambiente, trabalho, entre outros (Van Dis, 2023). Para Lemos e Macedo (2023), estamos diante de mais uma tecnologia da inteligência, de mais um dispositivo que, associado a outros, nos torna inteligentes. A literatura, o cinema e a música são exemplos de dispositivos que, junto com seus suportes, nos levam a expandir nossa inteligência e, sem eles, seríamos muito limitados, afirma o pesquisador.

O campo da educação, na opinião de Lemos e Macedo (2023), precisa usar as tecnologias de IA como uma oportunidade nos processos educativos, pois ela atua de forma semelhante à inteligência humana. O que os sistemas de IA generativa fazem nada mais é do que acessar, selecionar e reorganizar informações a partir de uma determinada necessidade, assim como nós também acessamos nosso repertório para responder a uma necessidade de informação. Esse repertório é composto de todas as referências que possuímos sobre determinado tópico, estejam elas em livros, músicas, filmes, conversas com amigos etc. A diferença é que nós compreendemos o sentido das palavras e interpretamo-las semanticamente; já os sistemas de IA possuem compreensão apenas sintática.

O acesso a esse repertório e a seleção da informação que será reorganizada é que devem ser mediados e orientados. O foco precisa estar, portanto, no uso do dispositivo para produzir senso crítico e reflexivo e não no impedimento do seu uso (Lemos; Macedo, 2023). Esse é um aspecto importante a ser destacado, pois é o senso crítico que se busca para que o sujeito se constitua como autor, e o exercício de síntese a partir de fontes que ele acessa é que fundamenta a própria escrita.

Nesse sentido, a transferência do trabalho de síntese de fontes de consulta para um dispositivo de IA parece limitar o desenvolvimento do espírito crítico. Dado que essa tecnologia não compreende as palavras semanticamente, sendo, portanto, desprovida da capacidade de avaliar a informação, e considerando que a apropriação da informação passa pelo exercício de buscá-la, selecioná-la e avaliá-la, estarão os sujeitos aptos a contextualizar e a avaliar o que

3 De acordo com Penrose (2023, p. 47), "os objetivos da inteligência artificial são imitar, por meio de máquinas, normalmente eletrônicas, tanto quanto for possível da atividade humana e, talvez, eventualmente superar as habilidades humanas". O acréscimo do termo "generativo" indica a capacidade de gerar o texto autonomamente. Não é nosso objetivo aprofundar o assunto, apenas tratá-lo do ponto de vista da autoria.

a IA está possibilitando? De que forma os sujeitos irão se apropriar de outros textos para criar seus próprios discursos?

Essas questões perpassam a produção de vários gêneros e modalidades distintas. A forma de produção e fruição dos textos – aqui entendidos em sua acepção mais ampla – e a relação, tanto do autor quanto do leitor, com eles também devem mudar radicalmente. Já foram criados algoritmos para comentar partidas de jogos, para gerar textos jornalísticos, para a produção de textos técnicos, para gerar discursos políticos e até mesmo para criar hipóteses de pesquisa a partir da análise de uma espécie de levantamento bibliográfico (Araujo, 2016-2017). O surgimento de algoritmos para geração de textos nos leva a refletir sobre até que ponto, de fato, essa tecnologia de IA irá ampliar nossa inteligência se o exercício da escrita potencializa o processo de aprendizagem por meio da apreensão, apropriação, registro, sistematização e autoria.

Outra questão, também de ordem moral e ética, que se coloca refere-se à definição da autoria de um texto gerado por IA. Com a possibilidade de se utilizar algoritmos com *deep learning*⁴ para a geração de textos automatizados, seria muito limitado dizer que a autoria deve ser atribuída a quem criou o *software* ou o programou, especialmente porque a geração de textos ocorre através de uma base de dados muito robusta como suporte, ou seja, apoia-se em fontes e discursos que circulam na *web*. A isso acrescentamos o conceito de meta-escritor, que subjaz a essas discussões; um escritor que desenvolve programas capazes de escrever como escritores (Araujo, 2016-2017). Portanto, falar sobre autoria na cultura digital nos instiga e inquieta por entendermos que ser autor vai além da atribuição de autoria a uma criação, amplia-se para a construção da identidade e do ser e agir em uma sociedade respaldada nos processos formativos educacionais.

4. Mecanismo capaz de autocorriger os textos criados sem intervenção humana.

Autoria na cultura digital e os processos formativos educacionais

A temática da autoria em tempos da cultura digital está relacionada às implicações sobre o desenvolvimento das tecnologias digitais e suas reverberações nas formas como produzimos e compartilhamos conhecimento, bem como à formação dos sujeitos da educação, neste contexto atual, no qual a noção de autoria passa por transformações significativas, em que

A fertilização de ideias é aperfeiçoada pelo amplo acesso a redes globais. Com a internet aliada à mobilidade, aumenta a quantidade de informação e o conhecimento não apenas cresce, mas também se diversifica. Diversidade diz respeito tanto ao cruzamento de culturas quanto à forma pela qual o conhecimento é codificado e em que se torna acessível, a saber, as transmutações no universo da imagem e a linguagem hipermídia que só o computador tornou possível (Santaella, 2013, p. 14).

A autoria instaurada com a cultura digital vai além da autoria grafocêntrica; vídeos, imagens, sons, toda e qualquer linguagem hipermidiática traduzida no digital adquire possibilidade de autoria, de reelaboração, de remix. A potencialidade da *web*, hoje, encontra-se, também, nos aplicativos de *smartphones*, nos quais ocorre a convergência dos meios de comunicação. A autoria, no presente, pode estar, literalmente, na palma da mão, pois vivemos uma época que possibilita a aprendizagem ubíqua, muito embora a escola não tenha ainda conseguido integrar, satisfatoriamente, os diversos recursos existentes. Com as interfaces digitais, abrem-se as possibilidades de a autoria ser um processo dinâmico e descentralizador, proporcionando compartilhamentos de conhecimentos e saberes, num movimento colaborativo e em rede.

Na cultura digital, a autoria pode ser concebida como um processo colaborativo, no qual docentes e discentes não apenas consomem ou acessam informações, mas também produzem e compartilham conhecimentos de forma ativa, pois “quanto mais informação e conhecimento se tornam disponíveis, aumentam e variam os passos e oportunidades para a criação de conhecimento” (Santaella, 2013, p. 14). Essa construção do conhecimento no campo educacional e na formação dos sujeitos vai além do mero caráter reprodutor; envolve a construção ativa do conhecimento, através da ampliação das possibilidades de pesquisa, das fontes de informações, dos meios e dos modos de expressões comunicativas, e da reflexão crítica e da (re)criação de conhecimentos outros.

A autoria na formação dos sujeitos no contexto das culturas digitais refere-se à função ativa que os indivíduos desempenham ao criar, ao compartilhar e ao participar da produção das culturas na era digital. Ter uma função ativa nesse contexto não implica o desempenho de uma autoria concentrada no indivíduo em si, mas nas linguagens construídas socialmente. Os estudos barthianos já apontavam a impossibilidade de uma originalidade plena de uma

obra, haja vista que as linguagens, com as quais nos constituímos e construímos as nossas autorias, são sempre produções coletivas e sociais. Sendo assim, descentraliza-se a figura individual da autoria, colocando-se em evidência o papel central das linguagens e seus construtos socioculturais.

Esses argumentos são bastante férteis para se pensar as autorias a partir das linguagens digitais, cujas relações estão sendo constantemente reestabelecidas, e, com elas, outras formas de autorias, como afirmam Barton e Lee (2015, p. 45): “a criatividade reside, em parte, em ver novas virtualidades e ir além das possibilidades existentes. Virtualidades emergem o tempo todo; e novas possibilidades são criadas pela criatividade humana”. São variadas as formas multissemióticas e multi-hipermidiáticas que circulam em rede, impulsionadas pelas tecnologias digitais e, através destas, são ressignificadas, transformadas, a partir de produções autorais essencialmente hibridizadas.

As pessoas criam e inovam hibridizando – isto é, articulando de novas maneiras – práticas e convenções estabelecidas dentro e entre diferentes modos de produção de sentido. Isso inclui a hibridização de modos de significação de formas estabelecidas (de discursos e gêneros) e combinações variadas de modos de produção de sentido que ultrapassam as fronteiras da convenção e criam novas convenções (Cazden *et al.*, 2021, p. 48).

As culturas digitais e as autorias contemporâneas desta era digital são fortemente marcadas por processos de hibridizações, que não apenas rompem com os paradigmas de concepções autorais individualistas/de fonte única da criação, mas também estabelecem novas formas de expressão e produção de sentidos, criados coletivamente.

A cultura digital tem sido fulcral no que tange às transformações das experiências, da produção e da socialização de informações, sentidos e significados de autoria, promovendo alterações nas relações de emissão e recepção – que outrora centralizavam o saber nas mãos de poucos – ao conhecimento, tornando-o disponível a todos (ou quase), em todo (ou quase) o mundo (Bruno, 2021, p. 135).

Nesse contexto das culturas digitais, a expressão comunicacional rompe com o paradigma da centralidade no emissor, uma vez que os usuários/sujeitos podem não figurar como mero receptores, mas podem comentar, compartilhar e até mesmo recriar os conteúdos, estabelecendo um diálogo mais ativo e envolvido na era digital.

A autoria relaciona-se, também, no que diz respeito aos processos formativos educacionais e ao desenvolvimento da identidade docente e discente. Aos educadores, a expressão da autoria docente envolve, intrinsecamente, as questões da autonomia e da construção da identidade profissional, muitas vezes negada, sobretudo aos educadores e às educadoras da educação básica. Portanto,

Resistir a toda forma de anular a capacidade de autoria profissional é um direito a ser mantido e disputado. Um direito que foi cultivado com seriedade profissional por muitos coletivos e muitas escolas e redes. Direito perseguido pelo movimento docente nas últimas décadas (Arroyo, 2013, p. 52).

Nesse sentido, é preciso conceber os professores como profissionais capazes de expressarem suas autorias, através da criatividade e dos conhecimentos construídos a partir das suas atividades de trabalho. Esses argumentos contribuem para pensarmos nas lutas contra o apagamento das autorias docentes, em que “[...] os professores reais, com suas trajetórias humanas, seu gênero, classe, raça, pertencimento, identidades e culturas” (Arroyo, 2013, p. 54), muitas vezes, não são considerados nas ações educativas formativas, curriculares e de políticas públicas.

O mesmo acontece com os alunos reais, crianças ou adolescentes, jovens ou adultos; ficam de fora. Apenas interessam como alunos ou como professores do ritual único de ensinar-aprender-aprovar-reprovar. Eles e elas com seu nome próprio, sua identidade e trajetória humana próprias não interessam à pedagogia e aos currículos? (Arroyo, 2013, p. 54).

A autoria também desempenha um papel na formação da identidade discente; ao expressarmos nossas ideias, opiniões e perspectivas através das linguagens, construímos uma visão singular de nós mesmos e do mundo ao nosso redor. Daí a importância de levarmos em consideração as identidades e as culturas dos discentes, nos projetos formativos e de autorias. Apostamos nessa construção através de uma prática educacional, na qual as autorias

docente e discente estão imbricadas em todo processo de ensino e de aprendizagem. Como afirma Arroyo (2013, p. 155):

Quando colocarmos em ação didáticas de reafirmar nossas autorias será fácil resgatar-nos e resgatar os educandos da sensação de condenados a ser fiéis ensinantes e aprendizes a não ser sujeitos, a não ter autoria, a não ter história, nem leituras de mundo, nem interpretações de nossas experiências. Visões empobrecedoras dos conhecimentos.

Na contramão dessa visão empobrecedora dos conhecimentos, é importante pensar na participação ativa dos diferentes atores educacionais, como fator essencial para se criar um ambiente de ensino e de aprendizagens enriquecedor e estimulante. Isso porque cada sujeito traz consigo perspectivas, experiências e conhecimentos singulares que, quando compartilhados e integrados, corroboram para uma educação pautada em processos colaborativos e autorias coletivas, condizentes com o contexto atual da cultura digital, em que são construídas outras formas de sociabilidades e cidadania. Pois, como enuncia Santaella (2013, p. 13),

Ser cidadão nessa sociedade hipercomplexa, que potencializa a hipersociabilidade, significa tornar-se capaz de distinguir entre diferentes linguagens e mídias, suas naturezas comunicativas específicas, suas injunções político-sociais e, a partir disso, ter condições para desenvolver a capacidade de levantar perguntas acerca de tudo que lemos, vemos e escutamos.

Na contemporaneidade, a autoria envolve questões éticas e estéticas, de responsabilidades e responsividade (Bakthin, 2011). Nesse contexto, a responsividade refere-se à capacidade da linguagem de ser sensível e receptiva a outras vozes e perspectivas sociais, culturais, políticas e identitárias. O pensamento bakhtiniano nos ajuda a compreender que a linguagem é moldada e influenciada pelas vozes que a cercam, e a compreensão e a construção dos enunciados dependem de sua relação com outros enunciados presentes no discurso social. Portanto, o senso crítico e a cidadania também são pontos importantes nos processos formativos e na construção da autoria; esta envolvendo o respeito pelos direitos autorais e pela propriedade intelectual. A autoria implica assumir a responsabilidade pelo que se diz e pelas ações, desenvolvendo um senso de ética pautado no respeito à alteridade.

Considerações finais

Esta reflexão nos impulsionou a olhar o trajeto histórico para compreender os fenômenos da autoria em tempos de cultura digital e suas implicações nas formações dos atores/autores educacionais – docente e discente. Percebemos que, já em suas origens, a concepção de autoria relaciona-se com questões de ordens ética, estética, identitária e cultural. Esse olhar retrospectivo nos auxilia na compreensão mais ampla e contextualizada da origem do conceito de autoria, possibilitando-nos, justamente por seu caráter multifacetado, analisar o cenário atual, considerando os desafios impostos a diversas áreas do conhecimento, embora nos interesse, mais especificamente, o campo da educação.

As construções teóricas abordadas neste texto nos permitem ampliar a noção de autoria, concebendo-a para além da linguagem escrita, sobretudo com o desenvolvimento tecnológico e a cultura digital, que estimularam o surgimento de novas linguagens. A cultura digital nos mobiliza a (re)pensar e refletir sobre a autoria, considerando a multimodalidade, a hipertextualidade, a hiper-mídia e a IA, uma vez que esses conceitos se revestem de novas possibilidades para questionar a autoria, tanto do ponto de vista do processo criativo quanto em relação à criação em si. Talvez a IA represente, hoje, o que há de mais desafiador no que se refere ao reconhecimento da autoria, mas, certamente, não é o primeiro movimento que lhe coloca na condição de anacronia.

A articulação das discussões sobre autoria, no campo das linguagens digitais com a educação, nos possibilita pensar na promoção de uma ambiência formativa mais significativa e propícia ao desenvolvimento autônomo dos sujeitos – sejam docentes ou discentes –, pois a cultura digital e suas linguagens fomentam aspectos autorais colaborativos na construção do conhecimento. A compreensão dessa concepção sobre autoria na contemporaneidade reverbera vários aspectos da formação dos sujeitos, como protagonismo, pensamento crítico, construção do conhecimento, identidade, responsabilidade ética e cidadania.

Desse modo, a autoria na educação é essencial para formar indivíduos criativos e responsivos, capazes de contribuir de forma significativa para a construção do conhecimento humano e coletivo. É um conceito que transcende a simples atribuição de autoria a um texto, muitas vezes centrado na textualidade da letra e da escrita,

e se estende à construção da identidade e do protagonismo dos sujeitos da educação, sejam eles docentes ou discentes, em suas trajetórias formativas.

Referências

- ARAÚJO, Marcelo. O uso de inteligência artificial para a geração automatizada de textos acadêmicos: plágio ou meta-autoria? *Logeion: filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 89-107, set. 2016/fev. 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3012>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARTHES, Roland. A morte do autor e o nascimento do leitor. In: BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 57-64.
- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTON, David; LEE, Carmen. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio A. S.; FERRAZ, Obdália. *Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrada e plágio nos tempos da cultura digital*. Salvador: Edufba, 2018.
- BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005. p. 91-104
- BRUNO, Adriana Rocha. *Formação de professores na cultura digital: aprendizagens do adulto, educação aberta, emoções e docências*. Salvador: Edufba, 2021.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CARBONI, Guilherme. *Direito autoral e autoria colaborativa: na economia da informação em rede*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2010.

CAZDEN, Courtney. *et al. Uma pedagogia dos multiletramentos: desenhando futuros sociais*. Tradução Adriana Alves Pinto *et al.* Belo Horizonte: LED, 2021.

CHRISTOFE, Lilian. *Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) –Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 9. ed. Lisboa: Nova Veja, 2015.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In: FOUCAULT, M. Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298. (Ditos & escritos, v. 3).

FREIRE, Alberto. O financiamento como recurso fundamental das políticas culturais. *In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org.). Políticas culturais*. Salvador: Edufba, 2012. p. 49-65. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34401/1/politicas-culturais-RI.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

JASZI, P. Toward a Theory of Copyright: the Metamorphoses of "Authorship". *Duke Law Journal*, Durham, n. 2, p. 455-502, 1991.

LEMKE, Jay L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 49, n. 2, p. 455-479, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/pBy7nwSdz6nNy98ZMT9Ddfs/?lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2021.

LEMONS, André; MACEDO, Raimundo José. *ChatGPT*. Salvador: Onda Digital, 2023. 1 vídeo (1h 49 min). Publicado pelo canal Onda Digital. Ciclo de palestras computação e ética na sociedade contemporânea. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v8mOPRLKHEk&list=LL&index=9&t=998s>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

MORAES, R. *Os direitos morais do autor: repersonalizando o direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2012.

PENROSE, Roger. *A mente nova do imperador: sobre computadores, mentes e as leis da física*. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Déjà lu: plágio e intertextualidade em textos científicos. In: DIAS, Guilherme Ataíde; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. *Informação, direito autoral e plágio*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. p. 15-33.

ROJO, Roxane. *Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs*. São Paulo: Parábola, 2013.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Paulus, 2013.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. *Escrita acadêmico-científica: a labuta com signos e significações*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Tradução de João Távora. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

VAN DIS, Eva A. M. *et al.* ChatGPT: five priorities for research. *Nature*, Basingstoke, v. 614, n. 7947, p. 224-226, Feb. 2023.

WOODMANSEE, Martha. On the Author Effect: Recovering Collectivity. In: WOODMANSEE, Martha; JASZI, Peter. *The Construction of Authorship: Textual Appropriation in Law and Literature*. Durham: Duke University Press, 1994. p. 279-292.

Submetido em: 12/12/2023
Aprovado em: 30/04/2024